227.º, capítulo 13.º, e 125.000\$ a de 230.000\$ inscrita no n.º 2) do mesmo artigo e capítulo do orçamento respeitante ao corrente ano económico do mencionado Ministério.

Art. 2.º É anulada a importância de 315.000\$ na verba de 1.900.000\$ inscrita no n.º 1) do artigo 386.º, capítulo 21.º, do aludido orçamento.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Agosto de 1943. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Estado Maior do Exército

Decreto-lei n.º 33:013

Considerando que as presentes exigências do serviço do estado maior não permitem dispensar a colaboração de todos os oficiais julgados idóneos para o seu desempenho e pertencendo ao corpo do estado maior;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. Os oficiais do corpo do estado maior são dispensados, enquanto durar o actual estado de emergência, de fazer nas unidades o tempo de comando ou de serviço nas tropas, a que são obrigados para o acesso ao posto immediato, devendo esta condição de promoção ser substituída pela prestação de igual tempo de serviço em comissões privativas do serviço do estado maior.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Agosto de 1943. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIOS DA GUERRA E DA MARINHA

Decreto-lei n.º 33:014

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A carta patente tradicionalmente adoptada como forma de encarte dos oficiais do exército e da armada substitue para todos os efeitos legais o diploma de funções públicas a que se refere o decreto-lei n.º 29:440, de 11 de Fevereiro de 1939.

Art. 2.º A carta patente é conferida no acto de acesso ao primeiro posto de oficial nos quadros permanentes do

exército e da armada. As promoções serão averbadas na mesma carta, não devendo escriturar-se promoção relativa a qualquer posto sem que o tenham sido as promoções aos postos anteriores.

§ único. Aos oficiais milicianos pertencentes aos quadros de complemento e aos das reservas de marinha pode, a seu requerimento, ser conferida carta patente em condições idênticas às estabelecidas para os oficiais dos quadros permanentes.

Art. 3.º Os modelos da carta patente para o exército e para a armada constam de anexos ao presente decreto. Nelas serão coladas e inutilizadas, pela entidade que fizer o averbamento, estampilhas fiscais no valor correspondente ao imposto do selo devido pela promoção a averbar.

§ único. O imposto do selo devido pelo acesso de qualquer militar ao primeiro grau de oficial e pelas promoções ulteriores é, nos termos do disposto no artigo 2.º do decreto-lei n.º 29:440, de 11 de Fevereiro de 1939, o constante da seguinte tabela:

Vencimentos ou quaisquer outros proventos:

De 12.000\$ a 21.600\$ (exclusive)	50\$00
De importância igual ou superior a 21.600\$	100\$00

Art. 4.º Na carta patente serão averbadas as passagens dos oficiais para as situações de reserva ou de reforma. Poderão ainda, a requerimento dos interessados, ser efectuados averbamentos de quaisquer factos respeitantes à função ou à carreira dos oficiais. Por cada averbamento feito nos termos deste artigo é devido o imposto do selo de 5\$, pago por estampilha colada e inutilizada no diploma pela entidade que o deva escriturar.

Art. 5.º Correrá por conta do interessado o pagamento do custo do impresso da carta patente, bem como da capa de modelo oficial em que o diploma deve ser conservado.

Art. 6.º A nenhum oficial do exército ou da armada que tenha ascendido ao primeiro grau do seu quadro, sido promovido ou transitado para as situações de reserva ou de reforma podem ser liquidados vencimentos correspondentes ao novo posto ou situação sem que prove possuir devidamente escriturada a carta patente ou tenha já cumprido as formalidades legais necessárias ao encarte. Os conselhos administrativos ou outras entidades que liquidarem vencimentos ou quaisquer abonos em contravenção do disposto neste artigo incorrerão em responsabilidade pecuniária correspondente ao dôbro do imposto do selo devido pelo encarte ou averbamento.

Art. 7.º Os sargentos e as praças do exército ou da armada não estão sujeitos a obrigações de encarte.

Art. 8.º Os oficiais do exército ou da armada que tenham ascendido ao oficialato, sido promovidos ou mudado de situação depois da entrada em vigor do decreto-lei n.º 29:440, de 11 de Fevereiro de 1939, e não estejam ainda encartados deverão satisfazer até 31 de Dezembro do corrente ano às formalidades legais para a aquisição da carta patente, nos termos do disposto no presente diploma, ficando após o prazo estabelecido sujeitos às prescrições do artigo 6.º

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Agosto de 1943. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.